

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO  
DE LAUDOS, PPR E FORNECIMENTO DE DOSÍMETROS PARA O SETOR  
DE RAIO-X**

**Reserva, 04 de maio de 2026.**

## **1. INTRODUÇÃO.**

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), enquanto elemento essencial ao planejamento governamental, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, auxilia na elaboração do competente Termo de Referência (TR) e dos demais documentos integrantes do processo de aquisição;
- 1.2. Vê-se, assim, que as finalidades do ETP estão dirigidas, dentre outras, a analisar a viabilidade técnica da almejada contratação, bem assim avaliar todos os aspectos necessários e suficientes para a contratação;
- 1.3. O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no pedido de abertura de licitação, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

## **2. NECESSIDADE.**

- 2.1. O presente estudo visa analisar e apresentar a melhor alternativa para o atendimento das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais do Município de Reserva, em condições, descrições, quantidades e resultados descritos nesse ETP e no Termo de Referência, observado o disposto na Lei nº. 14.133/2021 e demais legislações correlatas;
- 2.2. A presente licitação se faz necessária, pois na Dispensa Eletrônica nº 020/2026, os itens presentes nesse processo não tiveram propostas vencedoras, portanto, justifica-se a necessidade da realização de um novo processo.
- 2.3. Justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de laudos radiométricos, desenvolvimento do Plano de Proteção Radiológica (PPR) e fornecimento de dosímetros individuais, pela necessidade de assegurar a adequada gestão da radioproteção nos serviços de radiodiagnóstico, garantindo a segurança de trabalhadores, pacientes e público em geral, bem como o cumprimento integral das exigências legais e normativas estabelecidas pela ANVISA, especialmente a RDC nº 611/2022, e pelas normas da CNEN.
- 2.4. A elaboração dos laudos radiométricos, trata-se de serviço essencial para avaliação dos níveis de radiação ionizante nas áreas onde há operação de

equipamentos radiológicos, incluindo ambientes controlados, áreas livres e adjacências. Esses laudos permitem verificar se os níveis de exposição estão dentro dos limites permitidos, avaliar a eficácia das barreiras de proteção radiológica (paredes, portas, visores plumbíferos) e identificar eventuais não conformidades, subsidiando a adoção de medidas corretivas. A realização periódica dessas medições é obrigatória e fundamental para a manutenção da segurança radiológica e regularidade do serviço junto aos órgãos fiscalizadores. Quanto à elaboração do Plano de Proteção Radiológica (PPR), este constitui documento técnico obrigatório que sistematiza todas as ações, procedimentos e diretrizes voltadas à proteção contra radiações ionizantes. O PPR deve contemplar, de forma detalhada, a caracterização das instalações e equipamentos, classificação das áreas (controladas e supervisionadas), análise dos riscos ocupacionais e ao público, definição de rotinas operacionais seguras, utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), monitoramento individual e ambiental, controle de acesso, sinalização adequada, capacitação e treinamento dos profissionais, além de prever plano de emergência para situações de exposição acidental. Trata-se de instrumento fundamental para organização e padronização das práticas de radioproteção, sendo exigido pelos órgãos reguladores.

- 2.5. O fornecimento de dosímetros individuais é indispensável para o monitoramento contínuo da exposição ocupacional dos profissionais que atuam diretamente com radiação ionizante. Os dosímetros devem ser fornecidos regularmente, com leitura periódica por laboratório credenciado, emissão de relatórios individuais de dose, controle histórico das exposições e indicação de eventuais extrapolações dos limites estabelecidos. Esse monitoramento permite a adoção imediata de medidas preventivas e corretivas, garantindo a proteção da saúde dos trabalhadores e o atendimento às exigências normativas vigentes. Devem ser disponibilizados dois dosímetros padrão e três dosímetros para os técnicos utilizarem.

Foram realizados os levantamentos das necessidades e a busca por soluções que melhor atenderiam a Secretaria Municipal de Saúde, primando pela segurança, praticidade, resistência devido às condições climáticas, naturais, baixa manutenção, economia e durabilidade.

### 3. SOLUÇÃO.

- 3.1. Diante da necessidade existente, é possível encontrar 1 (um) solução, é a que melhor atende às necessidades deste Município, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos produtos a serem adquiridos;
- 3.2. As alternativas para a execução da prestação de serviço público é:
  - a) Contratação de empresa especializada para elaboração de laudos, PPR e fornecimento de dosímetros;
- 3.3. **AS CONTRATADAS** deverão apresentar suas propostas com base nas suas estimativas de custo para o fornecimento;
- 3.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis dentro do prazo de um ano.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.

- 4.1. As quantidades solicitadas dos serviços são para o atendimento de todas as demandas já apresentadas;
- 4.2. Para a estimativa foram levados em consideração:
  - a) O levantamento das quantidades;
  - b) O levantamento das opções;
  - c) O recurso de transferência especial; e
  - d) A disponibilidade orçamentária.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

- 5.1. O levantamento de mercado foi realizado com a busca de orçamentos para a estimativa dos valores de aquisição, com fins de comprovar o preço de mercado para o ano cotado. As pesquisas de preço encontram-se anexadas ao processo;
- 5.2. Os bens demandados são considerados comuns e encontrados no mercado nacional, portanto, há um grande número de fornecedores aptos a fornecê-los;
- 5.3. Posteriormente serão buscados os valores praticados no mercado através de contratações similares no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

- 6.1. Para a posterior pesquisa de preços as descrições deverão ser analisadas no sentido de saber se o objeto adquirido na referida compra possuirá a similitude necessária com o objeto pretendido;

LOTE 1	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
1.1	SERVIÇOS	2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO RADIOMÉTRICO, COM A FINALIDADE DE AVALIAR OS NÍVEIS DE RADIAÇÃO IONIZANTE EM AMBIENTES QUE UTILIZAM EQUIPAMENTOS EMISSORES DE RADIAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA, ESPECIALMENTE A RDC Nº 330/2019. O SERVIÇO COMPREENDE A REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES RADIOMÉTRICAS IN LOCO, COM UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DEVIDAMENTE CALIBRADOS, ABRANGENDO ÁREAS CONTROLADAS, LIVRES E ADJACENTES; A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE RADIOPROTEÇÃO, INCLUINDO A VERIFICAÇÃO DAS BARREIRAS FÍSICAS EXISTENTES; A IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS NÃO CONFORMIDADES E INDICAÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS, QUANDO NECESSÁRIO; E A EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO CONCLUSIVO, ASSINADO POR PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO, CONTENDO A METODOLOGIA APLICADA, RESULTADOS OBTIDOS, EQUIPAMENTOS UTILIZADOS E DEMAIS INFORMAÇÕES PERTINENTES, ACOMPANHADO DA RESPECTIVA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) OU DOCUMENTO EQUIVALENTE. O LAUDO RADIOMÉTRICO DEVE CONTER AS INFORMAÇÕES CONFORME A RDC 330/2019: CROQUIS, IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO, DESCRIÇÃO DA INSTRUMENTAÇÃO UTILIZADA E DA CALIBRAÇÃO, DESCRIÇÃO DOS FATORES DE OPERAÇÃO UTILIZADOS, CARGA DE TRABALHO MÁXIMA ESTIMADA E OS FATORES DE USO RELATIVOS AS DIREÇÕES DO FEIXE PRIMÁRIO, LEITURAS REALIZADAS EM PONTOS, DENTRO E FORA DA ÁREA CONTROLADAS. O LAUDO DEVE POSSUIR VALIDADE DE 4 ANOS.
1.2	SERVIÇOS	1	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA (PPR) PARA A SALA DE RAIOS-X DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, EXIGIDA PELA RDC 611/2022 - ANVISA E CNEN. ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA (PPR) PARA 02 EQUIPAMENTOS EMISSORES DE RADIAÇÃO IONIZANTE, CONTEMPLANDO A ESTRUTURAÇÃO COMPLETA DO DOCUMENTO CONFORME AS DIRETRIZES DA ANVISA, ESPECIALMENTE A RDC Nº 611/2022, E DAS NORMAS DA CNEN (CNEN NN 3.01 E CNEN NN 6.02). O PPR DEVERÁ ABRANGER A DESCRIÇÃO DETALHADA DA INSTALAÇÃO, DOS EQUIPAMENTOS E DAS ÁREAS CLASSIFICADAS (CONTROLADAS E SUPERVISIONADAS), AVALIAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS E AO PÚBLICO, DEFINIÇÃO DE MEDIDAS E PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, INCLUINDO ROTINAS OPERACIONAIS, USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), MONITORAMENTO INDIVIDUAL E AMBIENTAL, CONTROLE DE ACESSO E SINALIZAÇÃO, ALÉM DA INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DA EQUIPE ENVOLVIDA. DEVERÁ AINDA CONTER CRONOGRAMA DE TREINAMENTOS, AÇÕES DE MELHORIA CONTÍNUA, MEDIDAS CORRETIVAS E PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS RADIOLÓGICAS. ADICIONALMENTE, DEVERÁ SER REALIZADA A EMISSÃO DOS LAUDOS TÉCNICOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS: 01 APARELHO DE RAIOS-X FIXO LOTUS HF630M DR DIGITAL E 01 APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL VMI AQUILA 500D. OS LAUDOS DEVERÃO CONTEMPLAR A REALIZAÇÃO DE TESTES DE DESEMPENHO FÍSICO E ELÉTRICO, VERIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RADIAÇÃO EMITIDA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA IMAGEM (INCLUINDO RESOLUÇÃO, CONTRASTE E UNIFORMIDADE), MEDIÇÕES DE DOSE, CHECAGEM DO ALINHAMENTO DO FEIXE E DEMAIS PARÂMETROS TÉCNICOS, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS LIMITES E TOLERÂNCIAS ESTABELECIDOS PELA RDC Nº 611/2022 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

LOTE 2	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO
2.1	MESES	12	FONECIMENTO DE DOSÍMETROS DE RADIAÇÃO, O QUAL DEVERÁ SER FORNECIDO AO MUNICÍPIO MENSALMENTE 5 (CINCO) DOSÍMETROS, SENDO 3 (TRÊS) USUÁRIOS E 2 (DOIS) PADRÃO. A CONTRATADA NA QUALIDADE DE ENTIDADE LICENCIADA PELA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAÇÃO INDIVIDUAL DE CORPO INTEIRO EM EXPOSIÇÃO EXTERNA A CAMPOS DE RADIAÇÃO XE/OU GAMA, UTILIZANDO O SISTEMA DE DOSIMETRIA TERMOLUMINESCENTE (TLD) E PROPRIETÁRIA DOS RESPECTIVOS DOSÍMETROS, COM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE OS IDENTIFIQUEM COMO PERTENCENTES À CONTRATADA, CEDE À CONTRATANTE O DIREITO AO USO DE TAIS BENS, COMPROMETENDO-SE A FORNECER RELATÓRIOS MENSAIS DAS DOSES DE RADIAÇÃO REGISTRADAS EM CADA DOSÍMETRO, SERVIÇO ESTE QUE SERÁ FEITO MENSALMENTE. OS CUSTOS E DESPESAS DE ENVIO DOS DOSÍMETROS SERÃO CUSTEADOS PELA CONTRATADA, SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO. 2 DOSÍMETROS PADRÃO: 01 PARA A SALA DE RAIOS-X DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E 01 PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES; 3 DOSÍMETROS PARA USUÁRIO: 02 PARA OS TÉCNICOS DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E 01 PARA O TÉCNICO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES; DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM NOME DOS USUÁRIOS.

- 6.2. A divisão do objeto em **LOTES** justifica-se pela busca de maior eficiência e economia na contratação, essa divisão amplia a concorrência, permite a participação de empresas especializadas em cada área e contribui para uma contratação mais vantajosa para a Administração. O Lote 1, que reúne a elaboração de laudos radiométricos e do Plano de Proteção Radiológica (PPR), foi agrupado por se tratarem de serviços relacionados, que podem ser executados pelo mesmo fornecedor, garantindo melhor organização das informações, maior controle e redução de custos.

## **7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

- 7.1. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade dos serviços prestados;
- 7.2. O laudo radiométrico deve ter validade de 4 (quatro) anos;
- 7.3. Os dosímetros devem ser enviados mensalmente ao município, enquanto o município encaminha os dosímetros utilizados para análise, sem custo ao mesmo.
- 7.4. Para o **Lote 2**, os custos com os envios de dosímetros novos e os para análises serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 7.5. **A CONTRATADA** vencedora deverá atender a toda a legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondente à utilização, transporte e acondicionamento dos produtos e embalagens, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 7.6. **A CONTRATADA** deve comunicar a Administração, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.7. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada:
- a) O fornecimento do quantitativo total da Nota de Empenho;
  - b) O custo de todas as despesas decorrentes do carregamento, transporte e descarregamento na Secretaria Municipal de Saúde e o deslocamento de pessoal incumbido na realização dos serviços;
  - c) A manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;



- 7.8. **A CONTRATADA** é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);
- 8.13.1.O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de a adjudicada, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover às expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, os serviços que não forem executados corretamente;
- 7.9. **A CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 7.10. **A CONTRATADA** não poderá utilizar de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.11. **A CONTRATADA** deve aceitar que os quantitativos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o artigo 125 da Lei 14.133/2021;
- 7.12. **A CONTRATADA** é responsável pela garantia dos serviços ofertados (observando os prazos fixados no Código de Defesa do Consumidor);
- 7.13. A Secretaria rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 7.14. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação;
- 7.15. **A CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na IN nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);

- 7.16. Os serviços serão realizados no Pronto Atendimento Municipal, na Rua Ademar de Holleben, s/nº, Santa Helena e, também, no Centro de Especialidades, na Rua Coronel Benjamin Branco, nº 762, Ferreira (Setor de Raio-X), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

## **8. FORNECIMENTO E ACEITAÇÃO.**

- 8.1. Os serviços serão realizados somente após a emissão de Nota de Empenho e envio da Ordem de Fornecimento;
- 8.2. Os serviços deverão ser realizados, conforme solicitação da Secretaria;
- 8.3. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade do serviço;
- 8.4. **A CONTRATADA** vencedora deverá atender a toda legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondentes à utilização, transporte e acondicionamento dos produtos e embalagens, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 8.5. **A CONTRATADA** obrigará-se a efetuar os serviços, no prazo máximo de **20(vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, sendo considerado inadimplemento a realização dos serviços de outra forma, ensejando, consequentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis;
- 8.6. O prazo a que se refere o subitem 8.5, poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que requerido pela adjudicada por escrito, em 48 (quarenta e oito) horas antes do seu termo final e desde que ocorra motivo justificado;
- 8.7. A não observância destas condições implicará em inaceitação, sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte do fornecedor inadimplente, isentando as Secretarias Municipais de qualquer indenização.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.**

- 9.1. A presente contratação deverá ser realizada por **LOTE**, pois conforme já demonstrado anteriormente é o formato economicamente mais viável e que tem os melhores resultados para as especificidades de nossa Secretaria;



- 9.2. A alternativa não apresenta nenhum entrave à concorrência ou à participação das empresas.

## **10. JUSTIFICATIVA DE BUSCA DE PREÇO**

- 10.1. Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado e se tratando de serviços, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.
- 10.2. Encontra-se juntos aos orçamentos, extrato de contratação de pessoa jurídica para elaboração de laudos, PPR e fornecimento de dosímetros, retirado do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em âmbito nacional.

## **11. JUSTIFICATIVA ESCOLHA DE FORNECEDORES**

- 11.1. Conforme estabelecido na Lei de Licitações nº 14.133/2021, a busca por no mínimo três cotações de preços é uma prática que visa promover a competitividade e a obtenção do melhor preço para a Administração Pública. Essa exigência está alinhada com os princípios da eficiência, da economicidade e da busca pela melhor relação custo-benefício.
- 11.2. Justifica-se a variedade de orçamentos buscados com diferentes fornecedores, que tem por objetivo impedir o fracasso do certame.
- 11.3. Além disso, ao solicitar múltiplas cotações, a Administração Pública demonstra sua preocupação com a transparência e a lisura do processo licitatório, assegurando que a escolha do fornecedor seja feita de forma justa e imparcial, de acordo com critérios objetivos estabelecidos no edital.
- Portanto, a busca por no mínimo três cotações de preços é uma medida que contribui para a eficiência e a economicidade na contratação de bens e serviços pela Administração Pública, garantindo assim o melhor aproveitamento dos recursos públicos em benefício da sociedade.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.**

- 12.1. Momentaneamente, não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para o fornecimento dos matérias.

## **13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.**

- 13.1. As Secretarias almejam com este serviço, dentre outros benefícios:

- a) O atendimento das demandas geradas, garantindo a continuidade dos serviços prestados;
- b) Prezar pela qualidade dos serviços e a saúde dos técnicos e pacientes que utilizarão os serviços de Raio-X;
- c) Garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas, sempre embasados nos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados pela Secretaria de Saúde;
- d) Adquirir o total dos serviços demandados, visando diminuir o risco de termos tais atividades paralisadas;
- e) Otimizar a força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto nos atendimentos;
- f) Atender a todos os preceitos legais vigentes;
- g) Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte de empresa que possa gerar desgaste ou custos para a Secretaria Municipal de Saúde e o Município de Reserva.

#### **14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.**

- 14.1. A contratação é a própria providência adotada diante das demandas apresentadas;

Desta forma, entendemos que não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada, também levando em consideração que o órgão oferece ambiente propício ao fornecimento proposto;

- 14.2. Os indicados ao acompanhamento e fiscalização dos respectivos serviços deverão adequar seus conhecimentos para a correta verificação e análise do que está sendo fornecido, e deverão realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão, indicando possíveis melhorias para as futuras contratações.

#### **15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.**

- 15.1. A contratação alinha-se às finalidades do órgão e é viável do ponto de vista ambiental, econômico estratégico, conforme demonstra este estudo.

#### **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.**

- 16.1. As empresas adjudicadas deverão adotar práticas de sustentabilidade no fornecimento dos serviços, previstas na Instrução Normativa nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);
- 16.2. Os fornecedores também deverão atentar para o que determina o Decreto Presidencial nº. 7.746 de 05/06/2012, em seu artigo 4º, no que couber;
- 16.3. Para os itens aplicáveis, será exigida a apresentação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, II, da Lei nº. 6.938/1981, artigo 4º da Lei nº. 6.894/1980 e da IN nº. 31/2009 do IBAMA;
- 16.4. **AS CONTRATADAS** devem procurar os órgãos competentes para obter informações quanto a esta exigência legal.

#### **17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.**

- 17.1. Os estudos preliminares evidenciam que os serviços pretendidos, visando contratar empresa especializada para elaboração de laudos, PPR e fornecimento de dosímetros, mostram-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária;
- 17.2. Diante do exposto, declaramos ser viável a aquisição do ponto de vista técnico e gerencial, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes, para que ela possa tomar ciência do ato e as providências cabíveis.

#### **18. RESPONSÁVEIS.**

---

**Micheli Santin - Técnico em Radiologia**  
Fiscal de Contrato  
Mat. 922565

---

**Ana Carolini Monteiro**  
Assessora do Departamento de Saúde  
Portaria 4949/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE

**SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE

**RESERVA**

